

**ACTA N.º 21/2009**

-- Aos três dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove reuniram-se, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, em Mafra, os representantes das entidades que, nos termos dos números um e dois do artigo quinto, do Decreto-Lei número sete de dois mil e três, datado de quinze de Janeiro, na nova redacção dada pela Lei número quarenta e um de dois mil e três, de vinte e dois de Agosto, constituem o Conselho Municipal de Educação de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Período de antes da ordem do dia; 2) Votação da acta número vinte; 3) Apresentação de relatório sintético sobre o funcionamento do sistema educativo, conforme ponto três do artigo quarto do Decreto-Lei número sete de dois mil e três, de quinze de Janeiro; 4) Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo de dois mil e nove/ dois mil e dez; 5) Componente de Apoio à Família (Refeições e Prolongamento de Horário); 6) Actividades de Enriquecimento Curricular; 7) Acção Social Escolar – Resumo dos Auxílios Económicos; 8) Transferência de Competências para o Município em matéria de Educação, conforme Decreto-Lei número cento e quarenta e quatro de dois mil e oito, de catorze de Julho – Contrato de Execução; Protocolos de Cooperação com os Agrupamentos de Escolas; Acordos de Colaboração para construção da Escola Básica do segundo e terceiros ciclos António Bento Franco (Ericeira) e reabilitação da Escola Básica do segundo e terceiros ciclos da Venda do Pinheiro; 9) Calendarização das restantes reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Educação, conforme o ponto um do artigo dezoito do respectivo Regimento. -----

-- Estiveram presentes: o Senhor Engenheiro José Maria Ministro dos Santos, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mafra e responsável pelo pelouro da Educação; o Doutor Joaquim Sardinha, Presidente da Assembleia Municipal; a Doutora Isabel Zagalo, em representação da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT); o Senhor Engenheiro José Quintã, representante das Juntas de Freguesia, eleito pela Assembleia Municipal; a Doutora Margarida Branco, em representação do pessoal docente do ensino secundário público; o Doutor Jorge Barreiros, em representação do pessoal docente do ensino básico público; a Educadora Belmira Oliveira, em representação do pessoal docente da educação pré-escolar pública; o Doutor Agostinho Ribeiro, em representação dos Estabelecimentos de Educação e Ensino Básico e Secundário Privados; o Doutor Rui Rocha e a Senhora Dona Cesaltina Oliveira, em representação das Associações de Pais e Encarregados de Educação; a Doutora Idalina Botelho, em representação das Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvem actividade na área da Educação; a Doutora Filomena Simão, em representação dos Serviços Públicos de Saúde; e o Cabo Loureiro, em representação das Forças de Segurança. Faltaram: o Senhor João Fernandes, em representação das Associações de Estudantes; a Doutora Susana Viana, em representação dos Serviços da Segurança Social; e o Doutor Carlos Pinto, em representação dos Serviços de Emprego e Formação Profissional. Assistiu à reunião a Directora do Departamento Sociocultural da Câmara Municipal de Mafra, Doutora Paula Cordas. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início à reunião quando passavam trinta e seis minutos das nove horas. Em seguida, introduziu o período de antes da ordem do dia. -----
- Tomou a palavra o Doutor Rui Rocha, informando que as Associações de Pais e Encarregados de Educação estão a elaborar um documento, no qual vão sendo adicionadas as necessidades verificadas nos estabelecimentos de ensino, bem como propostas de melhoria. O mencionado contributo foi entregue ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra. -----
- Interveio a Doutora Idalina Botelho, questionando se, na admissão para o primeiro ciclo do ensino básico, os alunos que provêm da rede pública do pré-escolar têm prioridade relativamente aos provenientes da rede solidária. Disse ter conhecimento de situações que atestam este critério. Consultada a União das Misericórdias, verificou-se que este é um problema nacional. ----
- No uso da palavra, a Doutora Isabel Zagalo explicou que os critérios de admissão e matrícula são definidos no respectivo despacho. -----
- Tomou novamente a palavra a Doutora Idalina Botelho, referindo que, na prática, os encarregados de educação têm a sua liberdade condicionada, uma vez que, ao matricular as suas crianças nas instituições do ensino pré-escolar solidário ou privado, correm o risco que estas depois não sejam admitidas na escola básica do primeiro ciclo pretendida. -----
- Seguidamente, interveio o Doutor Rui Rocha propondo que, na ordem de trabalhos da próxima reunião, fosse introduzido o ponto "Toxicodependência e alcoolismo". -----
- Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que vai deslocar-se, numa visita de trabalho, à cidade de Estocolmo, a fim de tomar conhecimento sobre um projecto denominado "Cidades europeias contra as drogas". -----
- Tomou a palavra o Senhor Cabo Loureiro, informando que a Guarda Nacional Republicana está a desenvolver um conjunto de acções de sensibilização relativas ao não consumo da droga, junto da comunidade escolar. -----
- Ainda sobre este assunto, a Doutora Paula Cordas, explicou que, no âmbito do trabalho da Rede Social, foram detectadas situações de consumo de drogas e álcool. Nessa sequência, o CAT (Centro de Apoio a Toxicodependentes) de Torres Vedras desenvolveu um questionário que foi aplicado aos alunos do segundo e terceiros ciclos do ensino básico. Informou que a Câmara Municipal solicitou, a esta entidade, os dados por Agrupamento, aguardando-se resposta. -----
- Finalizado o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente colocou à votação a acta número vinte, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com as seguintes abstenções, por não estarem presentes na reunião: Doutora Isabel Zagalo, Engenheiro José Quintã, Doutor Jorge Barreiros, Educadora Belmira Oliveira, Doutor Rui Rocha, Doutora Idalina Botelho e Doutora Filomena Simão.-----
- Seguidamente, foi introduzido o ponto número três, designado "Apresentação de relatório sintético sobre o funcionamento do sistema educativo, conforme ponto três do artigo quarto do Decreto-Lei número sete de dois mil e três, de quinze de Janeiro". -----
- A referida apresentação foi efectuada pela Doutora Isabel Zagalo, nos termos do documento que se anexa à presente acta com a denominação de "**ANEXO UM**". -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs que, na próxima reunião, o relatório incluísse também a descrição dos problemas diagnosticados no sistema educativo do Concelho, de modo a que a Câmara Municipal possa prestar o devido apoio, no âmbito das suas competências. -----
- Interveio o Doutor Joaquim Sardinha, dizendo que, pela leitura do documento, verificou que vinte e seis por cento dos alunos do Concelho de Mafra, matriculados entre o primeiro e o nono ano de escolaridade, estão inscritos em Planos de Recuperação e Planos de Acompanhamento. Questionou qual a média nacional neste âmbito. -----
- A Doutora Isabel Zagalo informou que a média oscila entre os vinte e quatro e os vinte e seis por cento. -----
- Sobre esta matéria, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse ser oportuno avaliar as causas que justificam esta percentagem. -----
- O Engenheiro José Quintã referiu que se assiste a uma evolução muito significativa ao nível das infra-estruturas educativas no Concelho de Mafra, sobretudo no primeiro ciclo do ensino básico. -----
- Considerando os estabelecimentos de ensino que estão actualmente em construção, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que apenas existem duas freguesias ainda não abrangidas pelo novo modelo de espaço educativo: Vila Franca do Rosário e Sobral da Abelheira. Tal como já indicavam as projecções demográficas efectuadas aquando da elaboração da "Carta Educativa", estas freguesias apresentam um ritmo de crescimento negativo, que se reflecte no decréscimo da população escolar. Ainda assim, o Executivo Municipal quer assegurar que todos os alunos tenham acesso a condições educativas de qualidade. Como se deve entender, considerando o elevado montante de investimento, é impossível assegurar a edificação de modernas escolas, com múltiplas valências, em todos os lugares do Concelho de Mafra, pelo que a filosofia que preside à sua construção ultrapassa os limites estritos de qualquer freguesia. Assim, na defesa dos interesses das crianças, estão em estudo várias soluções, entre as quais a possibilidade de congregar alunos de outras localidades. -----
- De novo no uso da palavra, o Engenheiro José Quintã disse defender a ideia exposta pelo Senhor Presidente. Questionou, no entanto, a possibilidade de ser estudada uma solução intermédia ou transitória, até que a nova escola esteja concluída. -----
- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que teve conhecimento de que o ensino secundário vai passar a ser obrigatório. Perguntou quando é que esta medida vai ser implementada. ----
- A Doutora Isabel Zagalo informou que os actuais alunos do sétimo ano já terão como escolaridade obrigatória o décimo segundo ano. -----
- A Doutora Paula Cordas referiu que tal significa o acréscimo de cerca de mais novecentos alunos no ensino secundário, que terão de ser distribuídos pela Escola Secundária José Saramago - Mafra, Colégios Miramar e Santo André e Escola Técnica e Profissional de Mafra. -----
- A Doutora Margarida Branco informou que, neste momento, a Escola Secundária José Saramago - Mafra dispõe de turmas com vinte e oito alunos. No total, existem cinquenta e quatro turmas, quando estão previstas cinquenta e uma. Acrescentou que, mesmo depois da conclusão das obras de requalificação, será necessário utilizar outros espaços da escola como salas de aula. -----

-- O Doutor Agostinho Ribeiro referiu que, no primeiro e segundo ano de funcionamento dos Colégios Miramar e Santo André, foram atribuídas cinco turmas de décimo ano, sendo que, entretanto, isso deixou de acontecer. Informou que a DRELVT disse que a Escola Secundária José Saramago dispunha de vaga. Esclareceu ainda que, em reunião de rede, a referida Escola Secundária não comunicou quaisquer dificuldades em acolher este número de alunos. -----

-- No uso da palavra, a Doutora Margarida Branco explicou que as previsões iniciais são sempre excedidas, por alunos que, entretanto, são transferidos. -----

-- Interveio novamente o Doutor Agostinho Ribeiro, dizendo que a finalidade da oferta dos Colégios, ao nível do ensino secundário, está comprometida, devido ao reduzido número de turmas. -----

-- O Doutor Rui Rocha referiu que, face à construção de novas Escolas Básicas do segundo e terceiro ciclos no Concelho de Mafra, os contratos de associação com os Colégios poderiam ser revistos, permitindo que as vagas pudessem ser utilizadas ao nível do ensino secundário. Ainda sobre o relatório sintético apresentado, acrescentou que considera oportuna uma análise da eficácia do sistema educativo do pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, considerando que foi efectuado um significativo investimento municipal na construção de novos edifícios. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal recordou que, há cerca de sete anos, foi assinado um protocolo de colaboração com o Ministério da Educação e a DRELVT, tendo a Autarquia cedido um terreno para a construção da então futura Escola Secundária da Venda do Pinheiro. Entretanto, com a criação dos Colégios Santo André e Miramar, a questão foi ultrapassada. Mencionou que, de acordo com projecções demográficas, se estima que, no próximo Censo de dois mil e onze, o Concelho de Mafra apresente uma taxa de crescimento populacional de cerca de catorze por cento, face ao ano de dois mil e um, pelo que importa repensar a oferta do Concelho de Mafra ao nível do ensino secundário. No que diz respeito às novas Escolas Básicas do segundo e terceiro ciclos, informou que o estabelecimento de ensino de Mafra está em construção, estando a Câmara Municipal a desenvolver toda a tramitação processual com vista à edificação da nova escola da Ericeira e à reabilitação da escola da Venda do Pinheiro. -----

-- No uso da palavra, a Senhora Dona Cesaltina Oliveira propôs que, na sequência das obras de reabilitação da escola da Venda do Pinheiro, fosse reformulada a circulação automóvel na envolvente do estabelecimento de ensino. Sugeriu ainda a realocação do portão de entrada principal e a construção de um telheiro para acesso ao pavilhão desportivo. -----

-- Interveio o Doutor Jorge Barreiros, referindo que a requalificação do parque escolar do segundo e terceiro ciclos do ensino básico não está concluída, na medida em que não estão previstas intervenções na escola da Malveira. Salientou que este estabelecimento de ensino tem um horário alargado até às dezoito horas, face ao elevado número de alunos. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que, na sua opinião, a Escola Básica do segundo e terceiros ciclos Professor Armando de Lucena, na Malveira, deveria ser objecto de uma intervenção de alargamento, permitindo expandir a oferta até ao ensino secundário. -----

-- De novo no uso da palavra, o Doutor Jorge Barreiros comunicou que a DRELVT pretende constituir um Centro de Novas Oportunidades na referida escola. Disse que este projecto tem

todo o interesse, mas que o estabelecimento de ensino não dispõe de condições. Actualmente, estão constituídas trinta turmas, enquanto que a capacidade é de vinte e três/ vinte e quatro turmas, acrescendo o problema da degradação dos edifícios. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que transmitiu esta preocupação, na devida altura, ao Ministério da Educação, disponibilizando-se para reforçar a mesma. Propôs ainda que a Doutora Paula Cordas, a Doutora Margarida Branco e o Doutor Agostinho Ribeiro produzissem um memorando, efectuando o ponto de situação da oferta de ensino secundário no Concelho de Mafra e avançando a proposta de criação de um novo estabelecimento de ensino na Malveira, a fim de que o mesmo fosse remetido à DRELVT, com conhecimento à Doutora Isabel Zagalo. -----

-- Ainda sobre o relatório sintético apresentado, a Doutora Margarida Branco sublinhou a importância do trabalho desenvolvido, no Concelho de Mafra, no âmbito da educação e formação de adultos, nomeadamente através do programa "Novas Oportunidades." -----

-- Perante as questões formuladas pelos Conselheiros sobre este tema, o Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs que o mesmo fosse objecto de discussão na próxima reunião. Não havendo mais intervenções, introduziu o ponto seguinte da ordem de trabalhos, intitulado "Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo de dois mil e nove/ dois mil e dez". -----

-- No uso da palavra, a Doutora Paula Cordas explicou que este documento, previamente distribuído, evidencia o número de alunos transportados, por estabelecimento de ensino, bem como os circuitos existentes e os locais de embarque. Informou que, sobretudo no início do ano lectivo, se verificaram situações de indisciplina, por parte dos alunos, durante o transporte. -----

-- O Cabo Loureiro referiu que foram efectuadas, por parte dos encarregados de educação, denúncias de alegadas situações de *bullying*, tendo a Guarda Nacional Republicana apurado que as mesmas não correspondiam à verdade. Foram casos pontuais de indisciplina. -----

-- Interveio o Doutor Rui Rocha, dizendo que se verificaram problemas no início do ano lectivo no serviço de transporte, resultantes do facto de alguns encarregados de educação não terem efectuado a candidatura dos seus educandos. No entanto, reconheceu que a Câmara Municipal fez um esforço significativo, no sentido de dar resposta a estas situações. -----

-- A Senhora Dona Cesaltina Oliveira acrescentou que, também no Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro, os pais e encarregados de educação estão reconhecidos pelo empenho da Câmara Municipal, sendo que todas as situações são prontamente resolvidas. -----

-- Não havendo mais intervenções, o Conselho Municipal de Educação deliberou, por unanimidade, dar parecer positivo ao Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo de dois mil e nove/ dois mil e dez. -----

-- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu o ponto designado "Componente de Apoio à Família (Refeições e Prolongamento de Horário)." -----

-- A Doutora Paula Cordas informou que, no presente ano lectivo, se verifica um crescimento do número de alunos inscritos, nomeadamente três mil oitocentos e quarenta e sete no serviço de refeições e mil duzentos e treze no prolongamento de horário. -----

-- O Doutor Rui Rocha referiu que gostaria que o número de alunos inscritos no prolongamento

de horário fosse zero, pois isso era sinal de que os encarregados de educação tinham disponibilidade para ir buscar os seus educandos antes das dezassete horas e trinta minutos. -----

-- Nada mais havendo a tratar sobre este assunto, o Senhor Presidente introduziu o ponto seguinte, intitulado "Actividades de Enriquecimento Curricular". -----

-- A Doutora Paula Cordas informou que estão inscritos três mil quatrocentos e cinquenta e dois alunos, distribuídos por cento e sessenta e um grupos. Referindo-se às dificuldades na contratação de docentes, com as qualificações exigidas, disse que, à data desta reunião, estão por colocar cinco professores, tendo-se verificado a necessidade de flexibilizar o horário, de modo a assegurar que todos os alunos possam desenvolver as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Acrescem os problemas na estabilização deste corpo docente, dada a reduzida carga horária que lhes é proposta e os valores pagos por hora, bem como as faltas dos professores. ----

-- O Doutor Rui Rocha afirmou que, na sua opinião, a Câmara Municipal assumiu um fardo muito pesado ao aceitar organizar as AEC. Afirmou que se verifica uma situação de desresponsabilização do Estado, considerando que deveriam ser os Agrupamentos de Escolas a assumir, por lei, a sua organização, pois estes dispõem de uma bolsa de professores que poderiam disponibilizar duas ou três horas do seu horário diário para ministrar as AEC. Acrescentou também que, no seu entendimento, as actividades deveriam ser obrigatórias, à semelhança do que sucede no modelo finlandês, sob pena de se perverter o sistema com a sua baixa qualidade. Sobre a questão da flexibilização do horário, disse compreender em função das condições actuais, mas não aceitar, pois prejudica a aprendizagem e os níveis de concentração dos alunos. Referiu ainda que as Associações de Pais e Encarregados de Educação não devem assumir a realização destas actividades. Terminando, reconheceu o esforço desenvolvido pela Câmara Municipal, para mais porque as AEC são de extrema importância para apoiar as famílias, mas entende que o problema é de fundo. Assim, considera que a Autarquia deve articular a passagem desta responsabilidade para os Agrupamentos de Escolas. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a Autarquia entendeu organizar as Actividades de Enriquecimento Curricular, a fim de apoiar as crianças e as suas famílias. No entanto, através da monitorização efectuada, tem vindo a verificar-se que as dificuldades no recrutamento de professores constituem um problema contínuo, pelo que a organização das AEC deve ser ponderada no próximo ano lectivo.-----

-- A Doutora Isabel Zagalo interveio, salientando que estas actividades têm por função enriquecer o currículo, não substituí-lo. Alertou que ao tornar obrigatórias as AEC, estamos a tornar obrigatória uma carga semanal de trinta e cinco horas, o que é excessivo para esta faixa etária. Considera que a escola deve oferecer as actividades, mas devem ser os encarregados de educação a optar pela inscrição ou não do aluno. -----

-- Não se verificando mais intervenções, o Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu o ponto número sete, denominado "Acção Social Escolar – Resumo dos Auxílios Económicos". -----

-- A Doutora Paula Cordas comunicou que, neste ano lectivo, foram atribuídos mil cento e trinta e três vales para aquisição de livros e material didáctico aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico. Quanto aos apoios nas refeições, quatrocentos e oitenta e seis alunos do primeiro ciclo e

oitenta e sete crianças do pré-escolar foram contemplados com a isenção do pagamento, enquanto que quatrocentos e oitenta e oito do primeiro ciclo e cento e nove do pré-escolar com a redução do pagamento em cinquenta por cento. -----

-- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu o ponto "Transferência de Competências para o Município em matéria de Educação, conforme Decreto-Lei número cento e quarenta e quatro de dois mil e oito, de catorze de Julho – Contrato de Execução; Protocolos de Cooperação com os Agrupamentos de Escolas; Acordos de Colaboração para construção da Escola Básica do segundo e terceiros ciclos António Bento Franco (Ericeira) e reabilitação da Escola Básica do segundo e terceiros ciclos da Venda do Pinheiro". -----

-- A Doutora Paula Cordas informou que, ao nível da gestão do pessoal não docente, foram transferidos duzentos e trinta e sete funcionários, sendo que o número necessário é de duzentos e cinquenta e nove. Referiu que foi prestada formação a estes funcionários, nomeadamente em termos do plano de higienização e dos procedimentos de controlo e gestão do armazém. -----

-- O Doutor Rui Rocha questionou como é articulado, na prática, o trabalho do pessoal auxiliar com a coordenação da escola. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que este modelo ainda está a ser testado, mas que em cada estabelecimento de ensino há um responsável pelo pessoal auxiliar, que efectua a devida articulação com o coordenador da escola. -----

-- O Doutor Rui Rocha referiu ainda que os pais e encarregados de educação entendem que deveria ser colocada uma auxiliar em cada sala de actividades do ensino pré-escolar. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que este objectivo já está cumprido. -----

-- No uso da palavra, a Doutora Idalina Botelho informou que na Santa Casa da Misericórdia de Mafra trabalham com grupos heterogéneos e têm uma auxiliar por cada sala de actividades. -----

-- A Educadora Belmira Oliveira explicou que, na rede pública, o rácio é de um auxiliar por cada quarenta crianças. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal sublinhou que, ao assumir esta medida, é o orçamento municipal que está a ser penalizado, pois não recebe quaisquer contrapartidas financeiras por parte do Ministério da Educação. -----

-- O Doutor Rui Rocha disse que a população reconhece este esforço. -----

-- Não se verificando mais intervenções sobre este tema, o Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu o último ponto da ordem do dia, denominado "Calendarização das restantes reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Educação, conforme ponto um do artigo dezoito do respectivo Regimento". Propôs que as reuniões decorressem nos dias vinte e cinco de Março e dezassete de Junho, pelas nove horas e trinta minutos, sendo que nenhum dos membros levantou objecções. -----

-- Nada mais havendo a tratar, a reunião do Conselho Municipal de Educação de Mafra foi dada por encerrada quando passavam trinta e um minutos das doze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----